



CURSO DE BACHARELADO EM ODONTOLOGIA

NAYLA VALÉRIA ALEIXO

**A CONDIÇÃO DE SAÚDE BUCAL DE PESSOAS PRIVADAS
DE LIBERDADE EM CONTEXTO PRISIONAL NO BRASIL:
REVISÃO DE LITERATURA**

Apucarana
2024

NAYLA VALÉRIA ALEIXO

A CONDIÇÃO DE SAÚDE BUCAL DE PESSOAS PRIVADAS DE
LIBERDADE EM CONTEXTO PRISIONAL NO BRASIL: REVISÃO DE
LITERATURA

Pré-projeto de Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado na Faculdade FAP como requisito
básico para a conclusão do Curso de Odontologia.

**Orientador(a): Prof. Esp. João Ferreira da Silva
Neto**

Apucarana – PR
2024

NAYLA VALÉRIA ALEIXO

A CONDIÇÃO DE SAÚDE BUCAL DE PESSOAS PRIVADAS DE
LIBERDADE EM CONTEXTO PRISIONAL NO BRASIL: REVISÃO DE
LITERATURA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Bacharelado em
Odontologia da Faculdade de Apucarana –
FAP, como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Odontologia, com
nota final igual a _____, conferida pela
Banca Examinadora formada pelos
professores:

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Esp. João Ferreira da Silva Neto
Faculdade de Apucarana

Prof^a. Esp. Pâmela Rafaela Bertasso
Faculdade de Apucarana

Prof. Esp. Victor Augusto Gonçalves
Faculdade de Apucarana

Apucarana, 09 de novembro de 2024.

Dedico esse trabalho a Deus que foi o meu acalento nas horas difíceis, que me sustentou e não me deixou fraquejar durante esses 5 anos de graduação, que me fez mais forte e não rejeitou nenhuma das minhas orações.

Dedico este trabalho ao meu Senhor e criador de todas as coisas, Jesus Cristo. Que me chamou e me trouxe ao propósito deste curso.

*"Sem mim vocês não podem fazer coisa alguma"
João 15:5.*

AGRADECIMENTOS

Início expressando meus mais sinceros agradecimentos ao meu Deus, por sua infinita bondade, amor e força que me acompanharam ao longo da jornada acadêmica. Agradeço por cada bênção, por me haver concedido saúde, clareza mental e a capacidade de superar os desafios que encontrei no caminho.

A minha família, que são à base de tudo, minha fonte de suporte, amor e apoio. Agradeço a cada um por acreditar em mim, por me incentivarem a perseguir meus sonhos e por me proporcionarem as melhores condições para alcançar meus objetivos. Agradeço especialmente a minha mãe Valéria Rech, meu pai João Paulo Aleixo, as minhas irmãs Patrícia Rech e Nathalia Rech e aos meus sobrinhos Mariana Rech e Francisco Rech. Vocês são meu alicerce e não existiram palavras para descrever o quanto eu amo vocês e sou grato por tudo.

A meu noivo Douglas Galuch, também expressei minha gratidão meu companheiro fiel nessa jornada, por sua paciência, otimismo e por me proporcionar momentos felizes durante o processo. Seu amor e apoio me deram forças, desde o início do meu percurso acadêmico, para seguir e enfrentar com coragem cada passo, mesmo nos momentos mais difíceis. Agradeço por sempre estar ao meu lado, confiar trabalho e acreditar em mim. Te admiro e te amo, obrigado por tudo.

Ao meu orientador e professor João Neto, por ter me dado a oportunidade de elaborar esse trabalho sob sua orientação e por todo conhecimento que tive o prazer e privilégio de aprender com você.

A todos os meus professores e coordenação da FAP. Por ter acreditado no meu potencial e me apoiado durante essa trajetória.

Aos meus amigos da faculdade, em especial à Arissa Ueda, que foi colo, companheirismo e minha risada mais sincera na faculdade. Obrigada por ter me acolhido quando precisei e por ter compartilhado os obstáculos e alegrias da graduação, enfim, nos formamos.

ALEIXO, Nayla Valério. A Condição De Saúde Bucal De Pessoas Privadas De Liberdade Em Contexto Prisional No Brasil: Revisão De Literatura. 46 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Graduação em Odontologia. Faculdade de Apucarana - FAP. Apucarana-Pr. 2024.

RESUMO

O artigo aborda a saúde bucal dos detentos nas prisões brasileiras, explorando os desafios e intervenções necessárias para melhorar essa condição. Inicialmente, discute a evolução histórica da saúde bucal e a importância de cuidados odontológicos para o bem-estar geral. Com o objetivo de conhecer e analisar o estado atual da saúde bucal das pessoas privadas de liberdade no contexto prisional brasileiro, bem como identificar as intervenções mais eficazes para a melhoria dos agravos em saúde bucal dessa população. Focando no sistema prisional brasileiro, destacando a responsabilidade do Estado em garantir a integridade física e moral dos detentos, incluindo o acesso a cuidados médicos adequados. A pesquisa revela que a saúde bucal no contexto prisional é precária devido à falta de recursos, infraestrutura inadequada e escassez de profissionais de saúde especializados em odontologia. Condições de higiene deficientes e alimentação inadequada exacerbam os problemas dentários, impactando negativamente a qualidade de vida dos detentos. A relação entre a saúde bucal e a saúde geral é enfatizada, mostrando que problemas dentários podem levar a complicações sistêmicas graves. O Sistema Único de Saúde (SUS) e a Política Nacional de Atenção à Saúde Integral das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP) são apresentados como fundamentais para a promoção da saúde bucal nas prisões. No entanto, desafios como a falta de infraestrutura adequada e a segurança dos profissionais de saúde dentro das unidades prisionais são destacados. Estratégias e intervenções, como a melhoria das condições de higiene e a promoção de educação em saúde bucal, são sugeridas para mitigar os problemas existentes. O estudo conclui que a saúde bucal dos detentos no Brasil é uma questão crítica que necessita de atenção urgente. A melhoria das condições de saúde bucal nas prisões requer a implementação efetiva de políticas públicas, investimentos em infraestrutura e recursos, além da promoção de educação em saúde. Garantir cuidados odontológicos adequados para os detentos não só melhora sua qualidade de vida, mas também contribui para a saúde pública em geral e para a reintegração social dos indivíduos após o cumprimento de suas penas.

PALAVRAS CHAVE: Saúde bucal. Sistema prisional. Direitos humanos. Políticas públicas. Reinserção social

ALEIXO, Nayla Valério. The Oral Health Condition of People Deprived of Liberty in a Prison Context in Brazil: Literature Review. 46 p. Course Completion Work (Monograph). Degree in Dentistry. Faculty of Apucarana - FAP. Apucarana-Pr. 2024.

ABSTRACT

This article addresses the oral health of inmates in Brazilian prisons, exploring the challenges and necessary interventions to improve this condition. It initially discusses the historical evolution of oral health and the importance of dental care for overall well-being. The aim is to understand and analyze the current state of oral health among incarcerated individuals in the Brazilian prison system, as well as to identify the most effective interventions for improving oral health issues within this population. Focusing on the Brazilian prison system, it highlights the state's responsibility to ensure the physical and moral integrity of inmates, including access to adequate medical care. The research reveals that oral health in the prison context is precarious due to a lack of resources, inadequate infrastructure, and a shortage of specialized dental health professionals. Poor hygiene conditions and inadequate nutrition exacerbate dental problems, negatively impacting the quality of life of inmates. The relationship between oral health and general health is emphasized, showing that dental issues can lead to serious systemic complications. The Unified Health System (SUS) and the National Policy for Comprehensive Health Care for Persons Deprived of Liberty (PNAISP) are presented as fundamental for promoting oral health in prisons. However, challenges such as the lack of adequate infrastructure and the safety of health professionals within prison units are highlighted. Strategies and interventions, such as improving hygiene conditions and promoting oral health education, are suggested to mitigate existing problems. The study concludes that the oral health of inmates in Brazil is a critical issue that requires urgent attention. Improving oral health conditions in prisons necessitates the effective implementation of public policies, investments in infrastructure and resources, as well as the promotion of health education. Ensuring adequate dental care for inmates not only improves their quality of life but also contributes to public health in general and to the social reintegration of individuals after serving their sentences.

KEYWORDS: Oral Health. Prison System. Human Rights. Public Policies. Social Reintegration.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1– Identificação dos estudos de acordo com as bases de dados.....	36
Tabela 2 – Descrição do Processo de Busca.....	37
Tabela 3 – Artigos Selecionados para Compôr a Revisão.....	39

LISTA DE SIGLAS

PANISP	Programa Nacional de Atenção a Saúde Integral de Pessoas Privadas a Liberdade.
SUS	Sistema Único de Saúde.
RELIPEN	Relatório de Informações Penais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
CAPÍTULO 1.....	12
1.1 SAÚDE BUCAL.....	12
CAPÍTULO 2.....	13
2.1 SISTEMA PRISIONAL	13
CAPÍTULO 3.....	14
3.1 SAÚDE BUCAL NO SISTEMA PRISIONAL	14
3.2 FATORES QUE AFETAM A SAÚDE BUCAL EM CONTEXTO PRISIONAL	16
3.3 PAPEL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS).....	16
3.4 POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE (PNAISP).....	19
CAPÍTULO 4.....	21
4.1 ESTRATÉGIAS E INTERVENÇÕES PARA MELHORIA DA SAÚDE BUCAL EM PRISÕES.....	21
CAPÍTULO 5.....	23
5.1 A IMPORTÂNCIA DO PLANO NACIONAL DE SAÚDE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO (PNSSP)	23
5.2 DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PNSSP.....	24
CAPÍTULO 6.....	25
6.1 A IMPORTÂNCIA DOS MARCOS LEGAIS PARA A SAÚDE NO SISTEMA PRISIONAL	25
6.2 IMPLEMENTAÇÃO E DESAFIOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO	26
CAPÍTULO 7.....	28
7.1 PANORAMA DA POPULAÇÃO PRISIONAL BRASILEIRA.....	28
7.2 GRUPOS ESPECÍFICOS E CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE NO SISTEMA PRISIONAL.....	30
CAPÍTULO 8.....	33
8.1 A IMPORTÂNCIA DA PNAISP NA INCLUSÃO DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NO SUS.....	33
8.2 ESTRATÉGIAS E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA PNAISP	34
METODOLOGIA.....	35
RESULTADOS	37
CONCLUSÃO.....	41
REFERÊNCIAS.....	43

INTRODUÇÃO

A preocupação com a saúde bucal remonta aos primórdios da civilização, refletindo-se em práticas rudimentares de higiene oral observadas em diversas culturas antigas. Desde então, os avanços na medicina e na ciência trouxeram uma compreensão mais profunda da importância dos cuidados dentários para o bem-estar humano. No entanto, apesar dos progressos significativos ao longo dos séculos, ainda persistem desafios significativos no acesso aos serviços odontológicos, especialmente em populações vulneráveis, como os detentos.

No contexto brasileiro, o sistema prisional apresenta uma série de desafios únicos em relação à saúde bucal. A população carcerária muitas vezes enfrenta condições precárias de higiene, acesso limitado a cuidados médicos e dificuldades para receber tratamento adequado. Essas condições podem levar a problemas dentários graves e impactar negativamente a qualidade de vida dos detentos.

É necessário compreender e explorar estratégias e intervenções destinadas a melhorar a saúde bucal no sistema prisional brasileiro. Busca-se compreender a eficácia de programas como o Programa Nacional de Atenção à Saúde Integral de Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP) e as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) na promoção da saúde bucal entre os detentos.

Além disso, será examinado os desafios específicos enfrentados pelos profissionais de saúde que atuam dentro do sistema prisional, como a falta de recursos e a necessidade de garantir a segurança durante os procedimentos odontológicos. Ao destacar essas questões, esperamos contribuir para uma compreensão mais abrangente dos obstáculos e oportunidades no fornecimento de cuidados odontológicos dentro das prisões.

O estado atual da saúde bucal das pessoas privadas de liberdade no Brasil apresenta-se como uma questão crítica que necessita de uma análise aprofundada. A falta de acesso adequado a serviços odontológicos, as condições insalubres e a negligência na atenção à saúde bucal dentro do sistema prisional são fatores que contribuem para uma deterioração significativa da saúde oral dos detentos. Esses problemas podem levar a complicações graves, afetando não apenas a saúde física, mas também o bem-estar psicológico e a dignidade dos indivíduos.

Neste contexto, surge a problemática central deste estudo: Como as condições de saúde bucal dos detentos no sistema prisional brasileiro impactam sua qualidade de vida, quais medidas de intervenção utilizadas que visam a melhoria desses agravos?

O estado atual da saúde bucal das pessoas privadas de liberdade no Brasil apresenta-se como uma questão crítica que necessita de uma análise aprofundada. É imperativo conhecer as condições dentárias dessa população e as intervenções mais eficazes empregadas para a melhoria desses agravos. O problema de pesquisa centra-se na identificação dos principais desafios enfrentados no cuidado da saúde bucal dos detentos e na avaliação das estratégias implementadas para superar esses obstáculos.

O objetivo geral deste estudo é conhecer e observar o estado atual da arte sobre a saúde bucal de pessoas privadas de liberdade no contexto prisional brasileiro. Para alcançar esse objetivo, será necessário estudar o sistema prisional brasileiro e a população carcerária, além de identificar os principais problemas de saúde bucal prevalentes entre os detentos. Também será fundamental coletar dados públicos sobre a saúde bucal da população carcerária em instituições prisionais brasileiras.

A justificativa para este estudo baseia-se no fato de que a saúde bucal é um direito garantido por Lei nº 13.146/2015 a todos, incluindo as pessoas privadas de liberdade. A manutenção da saúde bucal é essencial para melhorar a qualidade de vida desses indivíduos e facilitar sua reintegração social após a libertação. No entanto, as pessoas em situação de privação de liberdade enfrentam disparidades significativas no acesso aos serviços odontológicos devido a recursos limitados, falta de priorização e infraestrutura inadequada. A saúde bucal adequada tem efeitos positivos na saúde pública em geral, beneficiando a população carcerária ao prevenir complicações graves e promover a dignidade humana. Portanto, pesquisar e intervir na saúde bucal das pessoas privadas de liberdade contribui para a promoção dos direitos humanos e para a garantia dos direitos básicos de saúde.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

CAPÍTULO 1

1.1 SAÚDE BUCAL

A importância da saúde bucal é um aspecto fundamental do bem-estar humano que remonta a tempos antigos, com evidências históricas e culturais destacando a preocupação das civilizações antigas com a higiene oral. Desde as antigas civilizações egípcias e mesopotâmicas até as culturas greco-romanas, registros arqueológicos revelam práticas rudimentares de cuidados dentários, como o uso de escovas feitas de ramos de árvores e a mastigação de ervas para limpeza dos dentes (DA SILVA, *et al.* 2016).

Com o avanço da medicina e da ciência que a importância da saúde bucal foi compreendida em toda a sua extensão. No século XIX, com o desenvolvimento da odontologia como uma disciplina formal, surgiram os primeiros profissionais dedicados exclusivamente ao cuidado dos dentes e da boca. O trabalho pioneiro de figuras como Pierre Fauchard, considerado o pai da odontologia moderna, e Horace Wells, que introduziu a anestesia para procedimentos dentários, foram marcos cruciais nesse processo (MÁRQUEZ; BORROTO, 2020).

O século XX testemunhou avanços significativos na prevenção e tratamento de doenças dentárias. A descoberta do flúor como agente protetor contra a cárie dentária revolucionou a prática odontológica, levando à adição desse composto em pastas de dente e sistemas de tratamento de água em muitas partes do mundo. Além disso, a compreensão dos vínculos entre saúde bucal e saúde sistêmica se aprofundou, destacando a importância da prevenção de doenças periodontais na redução do risco de doenças cardiovasculares, diabetes e complicações na gravidez, entre outros (DE MELLO, 2014).

O avanço da tecnologia tem sido fundamental na evolução dos cuidados odontológicos. A chegada de equipamentos modernos, como radiografias digitais, scanners intraorais e lasers, possibilitou diagnósticos mais precisos e tratamentos menos invasivos. Além disso, técnicas de regeneração tecidual e implantes dentários transformaram a reabilitação oral, oferecendo aos pacientes soluções mais duradouras e esteticamente agradáveis (CARDOSO, 2021).

CAPÍTULO 2

2.1 SISTEMA PRISIONAL

O sistema prisional desempenha um papel fundamental na administração da justiça em numerosos países, sendo projetado para punir aqueles que transgrediram a lei e assegurar a proteção da sociedade. No Brasil, o detento é de responsabilidade do Estado, que deve garantir a sua integridade física e moral, além de prover condições mínimas de reabilitação e reintegração social.

A eficácia e o funcionamento deste sistema variam consideravelmente de acordo com cada região. A falta de acesso a serviços básicos, como cuidados médicos adequados, é uma realidade prevalente em muitos sistemas prisionais, constituindo um aspecto crítico que requer atenção imediata. Esta privação de direitos fundamentais não apenas levanta questões éticas e humanitárias, mas também tem implicações significativas na reintegração dos detentos na sociedade e na redução da reincidência criminal. Assim, garantir que todos os indivíduos sob custódia tenham acesso equitativo a cuidados em saúde é essencial para promover uma justiça verdadeiramente justa e restaurativa (DOURADO; ALVES, 2019).

Quando um indivíduo é privado de sua liberdade e encarcerado, ele perde uma série de direitos que normalmente desfrutaria fora das paredes da prisão. Essa privação pode incluir acesso limitado ou até mesmo a completa negação de regalias fundamentais, como acesso à internet, visitas de familiares, recreação ao ar livre e, crucialmente, cuidados em saúde adequados. A ausência ou limitação dessas necessidades básicas não apenas afeta o bem-estar físico e psicológico dos detentos, mas também pode ter um impacto significativo na sua capacidade de reintegração na sociedade após o cumprimento da pena. Assim, a garantia de cuidados em saúde adequados dentro do sistema prisional não apenas reflete o respeito pelos direitos humanos, mas também desempenha um papel fundamental na promoção da justiça e na redução da reincidência criminal (SILVA, 2024).

Os detentos muitas vezes enfrentam desafios significativos para acessar serviços de saúde adequados dentro do sistema prisional. Em alguns casos, as instalações prisionais não oferecem serviços médicos adequados, seja devido à falta de recursos, infraestrutura inadequada ou má gestão institucional. Mesmo quando os serviços médicos estão disponíveis, os detentos podem enfrentar obstáculos para

receber tratamento oportuno e adequado, incluindo longas filas de espera, falta de trocar por profissionais de saúde e restrições financeiras que limitam o acesso a medicamentos e procedimentos necessários (GONÇALVES; DE FIGUEIREDO RIBEIRO; VENTURA, 2015).

A privação de cuidados em saúde adequados no sistema prisional é uma questão preocupante, não apenas por razões humanitárias, mas também por questões de saúde pública. As condições insalubres dentro das prisões podem facilitar a propagação de doenças infecciosas, criando um ambiente propício para surtos epidêmicos que representam um risco para os detentos, funcionários da prisão, visitantes e, eventualmente, para a comunidade em geral quando os detentos são liberados de volta à sociedade. Portanto, além de ser uma violação dos direitos básicos dos detentos, a falta de cuidados em saúde adequados no sistema prisional também tem implicações mais amplas para a saúde e a segurança pública (PADILHA, *et al.* 2023).

CAPÍTULO 3

3.1 SAÚDE BUCAL NO SISTEMA PRISIONAL

No contexto do sistema prisional brasileiro, a saúde bucal dos detentos emerge como uma questão multidisciplinar, refletindo não apenas as condições intrínsecas às prisões, mas também as profundas raízes de problemas estruturais e sociais mais amplos. A carência de acesso regular a serviços odontológicos desponta como um dos principais obstáculos enfrentados pela população carcerária. A escassez de recursos e a ausência de profissionais de saúde voltados especificamente para a odontologia dentro das unidades prisionais contribuem de forma significativa para esse cenário desafiador (ROCHA; PAULA, 2021).

O Relatório de Informações Penais (RELIPEN) referente ao segundo semestre de 2023 aponta que a carência de acesso regular a serviços odontológicos é um dos principais desafios enfrentados pela população carcerária. A escassez de recursos e a falta de profissionais de saúde especializados em odontologia nas unidades prisionais contribuem significativamente para este problema.

Os dados mostram que muitas unidades prisionais não possuem infraestrutura adequada ou número suficiente de profissionais para atender a

demanda. Além disso, há uma baixa frequência de consultas odontológicas, agravando as condições de saúde bucal dos detentos. O relatório destaca a necessidade de políticas públicas mais eficazes e investimentos específicos para melhorar a saúde dos presos (RELIPEN, 2023).

Ademais, as condições de higiene precárias vigentes nas prisões exacerbam ainda mais as dificuldades enfrentadas pelos detentos no que concerne à manutenção de uma boa saúde bucal. A falta de itens básicos de higiene, como escovas de dentes, pastas dentais e fio dental, frequentemente resulta em práticas de higiene bucal inadequadas ou mesmo inexistentes. Tal deficiência higiênica pode agravar condições dentárias pré-existentes e intensificar o risco de desenvolvimento de cáries e doenças periodontais, ampliando, assim, a vulnerabilidade dos detentos a problemas de saúde bucal (ALEXANDRIA JUNIOR, 2019).

Outro aspecto crucial a ser ponderado é a qualidade da alimentação oferecida dentro do ambiente prisional. Com frequência, os alimentos servidos carecem de valor nutricional adequado, caracterizando-se por um teor elevado de açúcares e carboidratos refinados, elementos que potencializam o surgimento de cáries dentárias. Ademais, a escassez de opções alimentares saudáveis e a limitação na disponibilidade de frutas e vegetais podem exercer um impacto adverso sobre a saúde bucal dos detentos (DARIVA; ALBERTO, 2013).

Tais condições não apenas ocasionam desconforto e dor, mas também acarretam um impacto substancial na qualidade de vida dos indivíduos detidos. A dor resultante de problemas dentários não tratados, por exemplo, pode interferir de modo significativo na capacidade de se alimentar de maneira adequada e de realizar atividades cotidianas, comprometendo, assim, o bem-estar geral dos presidiários (OLIVEIRA, 2017).

Outro aspecto importante a ser considerado é a relação entre a saúde bucal e a saúde geral. A má saúde bucal pode aumentar o risco de desenvolvimento de doenças sistêmicas, como doenças cardíacas e diabetes, além de contribuir para complicações durante o tratamento médico de outras condições de saúde. Portanto, abordar as necessidades de saúde bucal da população carcerária não é apenas uma questão de bem-estar oral, mas também uma medida crucial para promover a saúde geral e a qualidade de vida dos detentos (STOKREEF, 2015).

3.2 FATORES QUE AFETAM A SAÚDE BUCAL EM CONTEXTO PRISIONAL

No contexto prisional brasileiro, diversos fatores contribuem para as condições precárias de saúde bucal enfrentadas pelos detentos, criando um cenário desafiador que exige atenção e intervenções específicas. Entre esses fatores, destacam-se os hábitos alimentares limitados e muitas vezes pouco saudáveis dentro das prisões. As refeições fornecidas nem sempre atendem às necessidades nutricionais adequadas, muitas vezes sendo deficientes em alimentos ricos em cálcio e vitaminas essenciais para a saúde bucal, como vitamina D, que desempenha um papel crucial na absorção de cálcio pelos dentes e ossos (FREITAS, 2024).

Além disso, o acesso limitado a produtos de higiene bucal é uma realidade comum nas prisões brasileiras. A escassez de escovas de dentes, pasta de dente e fio dental, somada à falta de incentivo e orientação para a higiene bucal adequada, resulta em problemas como cáries, gengivite e mau hálito entre os detentos. A ausência desses produtos básicos e a falta de educação sobre práticas de higiene oral contribuem para o agravamento de problemas dentários, comprometendo a saúde bucal e o bem-estar geral dos indivíduos sob custódia (PEIXOTO, 2022).

Os fatores psicossociais desempenham um papel significativo na saúde bucal dos indivíduos em contexto prisional, uma realidade complexa que exige uma abordagem integral para garantir cuidados adequados. O estresse, a ansiedade e até mesmo a depressão, comuns entre os detentos, podem contribuir para o desenvolvimento de problemas dentários. O bruxismo, por exemplo, uma condição associada ao estresse, pode levar ao desgaste dos dentes e outros problemas de saúde bucal, aumentando a necessidade de intervenções que considerem não apenas o aspecto físico, mas também o bem-estar psicológico dos indivíduos (COSTA, 2020).

3.3 PAPEL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

O Sistema Único de Saúde (SUS), como o principal sistema de saúde pública do país, desempenha um papel crucial na garantia do acesso universal e igualitário aos serviços de saúde, a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, também conhecida como Lei Orgânica da Saúde, assegura a saúde bucal no Sistema Único de Saúde (SUS) para todos os cidadãos, independentemente de sua condição

socioeconômica ou jurídica. Dentro das prisões, essa responsabilidade torna-se ainda mais premente, uma vez que a privação de liberdade não deve significar a privação do direito à saúde, pois quando o indivíduo é preso ele torna-se de responsabilidade do Estado. É fundamental que o SUS esteja presente e atuante nesses contextos, proporcionando cuidados de saúde de qualidade e respeitando a dignidade e os direitos humanos dos indivíduos privados de liberdade. Garantir assistência médica adequada dentro do sistema prisional não apenas contribui para o bem-estar dos detentos, mas também para a saúde pública em geral, prevenindo a propagação de doenças e promovendo a reintegração social dos indivíduos após o cumprimento de suas penas (PAIM, 2020).

No contexto prisional, o Sistema Único de Saúde (SUS) enfrenta desafios específicos relacionados à prestação de cuidados de saúde bucal aos detentos. Um desses desafios é a falta de infraestrutura adequada nas prisões, o que pode dificultar a realização de procedimentos odontológicos e o acesso a equipamentos e materiais necessários para garantir um atendimento de qualidade. A escassez de recursos e a limitação de espaço muitas vezes tornam o ambiente prisional inadequado para a realização de tratamentos odontológicos complexos, contribuindo assim para a prevalência de condições de saúde bucal precárias entre a população carcerária (SANTOS; SILVA MARTINS ; ALMEIDA MARQUES, 2023).

Além disso, a segurança e logística de atendimento dentro das unidades prisionais também representam desafios adicionais para os profissionais de saúde que trabalham nessas condições. A necessidade de garantir a segurança dos profissionais de saúde, bem como dos detentos, pode complicar o processo de atendimento odontológico e exigir medidas especiais de proteção e acompanhamento durante as consultas e procedimentos. A presença de possíveis conflitos dentro do ambiente prisional também pode adicionar camadas de complexidade à prestação de cuidados odontológicos, requerendo uma abordagem cuidadosa e sensível por parte dos profissionais de saúde (SANTANA e REIS, 2019).

Outro desafio importante é a persistente falta de profissionais de saúde capacitados em odontologia dentro do sistema prisional. A escassez de dentistas e auxiliares odontológicos pode limitar drasticamente a capacidade do SUS de fornecer cuidados adequados aos detentos, resultando em longas filas de espera e comprometendo a qualidade dos serviços prestados. Além disso, a rotatividade

frequente de profissionais de saúde nas prisões é uma realidade preocupante, pois podem minar a continuidade dos tratamentos e dificultar a construção de vínculos de confiança com os detentos, aspectos fundamentais para uma atenção integral à saúde bucal (SCHULTZ, 2018).

Apesar desses desafios, é louvável observar que o SUS tem implementado diversas iniciativas para melhorar o acesso aos serviços de saúde bucal nas prisões. Entre essas iniciativas, destacam-se a realização de campanhas de prevenção e educação em saúde bucal, a distribuição estratégica de kits de higiene oral e a promoção de atendimentos odontológicos regulares dentro das unidades prisionais. Essas ações não apenas visam tratar problemas dentários existentes, mas também têm o objetivo maior de promover a conscientização sobre a importância da saúde bucal e prevenir futuras complicações, contribuindo assim para uma melhoria significativa da qualidade de vida dos detentos e para a redução do sofrimento causado por problemas dentários não tratados.

Junto a isso, o SUS tem buscado ativamente fortalecer parcerias com organizações da sociedade civil e instituições de ensino para ampliar não apenas o alcance, mas também a qualidade dos serviços prestados aos detentos. Essas colaborações estratégicas podem abranger uma variedade de iniciativas, incluindo a capacitação contínua de profissionais de saúde, o compartilhamento eficiente de recursos e a implementação de projetos de pesquisa e intervenção destinados a melhorar de forma significativa as condições de saúde bucal dentro do ambiente prisional (DE ANDRADE, et al. 2015).

De Andrade (2015) ainda destaca que, apesar dos esforços empreendidos pelo SUS, ainda há uma considerável lacuna a ser preenchida para garantir um acesso equitativo aos cuidados de saúde bucal para a população carcerária. Este desafio contínuo exige um compromisso firme com investimentos substanciais em infraestrutura adequada, capacitação contínua de profissionais de saúde, desenvolvimento de políticas específicas voltadas para as necessidades dos detentos e aprimoramento das práticas de gestão e coordenação entre os diversos atores envolvidos nesse complexo cenário.

3.4 POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE (PNAISP)

O Programa Nacional de Atenção à Saúde Integral de Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP) desempenha um papel crucial e estratégico na abordagem das necessidades de saúde bucal da população carcerária no Brasil. Este programa, concebido e implementado pelo Ministério da Saúde, atua como um pilar fundamental na promoção da saúde integral dos detentos, incluindo a saúde bucal, por meio de ações coordenadas, integradas e abrangentes. Ao reconhecer a importância da saúde bucal no contexto prisional, o PNAISP se dedica não apenas ao tratamento de problemas dentários, mas também à prevenção, educação e conscientização sobre a importância da higiene bucal e seus impactos na saúde geral dos indivíduos sob custódia. Através de políticas e estratégias específicas, o programa busca garantir o acesso equitativo e a qualidade dos serviços odontológicos, visando não apenas o bem-estar físico, mas também a dignidade e a ressocialização dos indivíduos privados de liberdade (MIRANDA, et al. 2023).

O Programa Nacional de Atenção à Saúde Integral de Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP) é uma iniciativa abrangente e multifacetada, concebida para garantir o bem-estar físico e mental dos indivíduos sob custódia, reconhecendo a importância da saúde bucal como um aspecto fundamental da saúde global. Este programa não apenas busca promover a equidade no acesso aos serviços de saúde, mas também tem como objetivo primordial a prevenção de doenças e problemas de saúde, visando fortalecer os laços entre os detentos e o sistema de saúde em geral. Através de uma abordagem integrada e colaborativa, o PNAISP se empenha em proporcionar cuidados de qualidade e humanizados, reconhecendo a dignidade e os direitos dos indivíduos privados de liberdade. Além disso, o programa visa não apenas tratar as condições de saúde existentes, mas também educar e capacitar os detentos sobre práticas saudáveis, contribuindo assim para a promoção de estilos de vida mais saudáveis dentro do ambiente prisional. Ao investir na saúde dos indivíduos dentro das prisões, o PNAISP não só contribui para a melhoria do bem-estar dos detentos, mas também para a proteção da saúde pública em geral, reduzindo o risco de propagação de doenças e facilitando a reintegração social dos indivíduos após o período de encarceramento (FERRAZ, 2015).

No âmbito da saúde bucal, o PNAISP estabelece diretrizes específicas para a

promoção da saúde oral dentro do ambiente prisional. Essas diretrizes incluem a implementação de diversas ações de promoção e prevenção, como palestras educativas que abordam a importância da higiene oral e a prevenção de doenças bucais, distribuição de materiais informativos e kits de higiene oral para os detentos, e a realização regular de atendimentos odontológicos dentro das unidades prisionais, visando diagnosticar e tratar problemas bucais precocemente, promovendo assim a saúde e o bem-estar dos indivíduos privados de liberdade. Essas iniciativas não apenas beneficiam a saúde bucal dos detentos, mas também contribuem para sua reintegração social ao promover a saúde e a autoestima.

Além de tudo isso, o Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Privada de Liberdade (PNAISP) visa fomentar a integração entre os serviços de saúde dentro e fora do ambiente prisional. Seu objetivo é assegurar que os detentos recebam cuidados de saúde contínuos e adequados mesmo após sua reintegração à sociedade. Isso ganha particular relevância no contexto da saúde bucal, onde a continuidade do tratamento e o acesso a serviços de reabilitação são cruciais para garantir a eficácia das intervenções realizadas durante o período de encarceramento (SIQUEIRA, et al. 2019).

Uma das principais características distintivas do PNAISP é sua abordagem participativa e intersetorial. O programa não se restringe apenas ao setor de saúde, mas também envolve outras esferas governamentais, organizações da sociedade civil e instituições de ensino. Essa colaboração entre diferentes atores é vital para enfrentar os desafios complexos relacionados à saúde da população carcerária. Somente através dessa cooperação é possível garantir que as políticas e programas implementados sejam eficazes e sustentáveis no longo prazo (SCHULTZ, 2018).

No entanto, apesar dos esforços do PNAISP, ainda persistem desafios. Esses desafios demandam uma abordagem abrangente e coordenada, que inclui a necessidade crítica de aumentar significativamente os recursos destinados à construção e manutenção de infraestrutura adequada em unidades prisionais, bem como à aquisição de equipamentos odontológicos modernos. Além disso, é fundamental intensificar substancialmente os programas de capacitação de profissionais de saúde, garantindo que estejam equipados com o conhecimento e as habilidades necessárias para fornecer cuidados odontológicos de qualidade em um ambiente prisional único. Ao mesmo tempo, é crucial desenvolver e implementar políticas específicas que abordem as necessidades particulares de saúde bucal dos

detentos, levando em consideração os desafios adicionais associados ao ambiente prisional. Finalmente, é essencial estabelecer um sistema de monitoramento robusto e contínuo para avaliar a eficácia das intervenções realizadas e garantir que os padrões de saúde bucal na população carcerária estejam melhorando de maneira consistente ao longo do tempo (ELY, et al. 2023).

CAPÍTULO 4

4.1 ESTRATÉGIAS E INTERVENÇÕES PARA MELHORIA DA SAÚDE BUCAL EM PRISÕES

A promoção e prevenção da saúde bucal nas penitenciárias é um tema de crescente relevância, dado o estado de vulnerabilidade da população encarcerada e a importância da saúde bucal para o bem-estar geral. Nesse contexto, diversas experiências exitosas têm sido implementadas em diferentes unidades prisionais, visando não apenas o tratamento de problemas existentes, mas também a educação e conscientização sobre a importância da higiene oral.

Um exemplo notável é o Programa de Saúde Bucal nas Penitenciárias do Estado de São Paulo. Este programa implementa ações educativas e clínicas que incluem palestras sobre higiene bucal e a distribuição de kits de cuidados, além de realizar mutirões de atendimento odontológico. Os resultados demonstram uma significativa melhora na conscientização sobre cuidados dentários e na saúde bucal dos detentos.

Outro modelo inspirador é o Projeto "Sorriso Livre", que atua em diversas unidades prisionais ao oferecer tratamento odontológico aos presos, com um foco especial na prevenção de doenças bucais. Além dos atendimentos, o projeto envolve atividades educativas que elucidam a importância da saúde bucal e seu impacto na qualidade de vida, resultando em uma redução nas queixas de dor dental e em uma maior utilização dos serviços de saúde bucal.

Em penitenciárias federais, programas que incluem triagem de saúde bucal durante a admissão dos detentos têm se mostrado eficazes. Esses programas são complementados por acompanhamento regular e oficinas que incentivam práticas

preventivas, como a escovação correta e o uso do fio dental, contribuindo para um ambiente mais saudável e menos problemas odontológicos entre os internos.

Ainda, é relevante destacar as parcerias firmadas entre algumas penitenciárias e instituições de ensino de odontologia, onde alunos têm a oportunidade de realizar estágios e prestar atendimento odontológico. Essa colaboração é benéfica tanto para a formação prática dos estudantes quanto para os presos, que recebem cuidados gratuitos e de qualidade, além de ações educativas sobre saúde bucal.

Campanhas periódicas de prevenção à saúde bucal, com foco em distribuir materiais informativos, escovas de dente e pastas de dentes, têm mostrado sucesso em conscientizar os detentos sobre a saúde oral. Essas ações não apenas melhoram a saúde bucal, mas também promovem hábitos de higiene que podem perdurar mesmo após a reintegração social. Assim, essas experiências exemplificam como é possível transformar a saúde bucal nas penitenciárias, contribuindo significativamente para a melhoria da qualidade de vida da população encarcerada.

Uma das estratégias-chave para enfrentar esses desafios é a promoção da educação em saúde bucal dentro do sistema prisional. Isso pode ser alcançado por meio de programas educacionais abrangentes, destinados a aumentar a conscientização sobre a importância da higiene bucal, técnicas adequadas de escovação e uso de fio dental, bem como informações sobre dieta e estilo de vida saudáveis para a saúde bucal. Esses programas devem ser conduzidos por uma equipe multidisciplinar de profissionais de saúde, incluindo dentistas, auxiliares de saúde bucal e educadores em saúde, que podem oferecer orientações personalizadas e demonstrações práticas. É essencial que esses programas sejam adaptados às necessidades e realidades específicas do ambiente prisional, garantindo que todos os detentos tenham acesso igualitário a informações e recursos essenciais para manter uma boa saúde bucal (GUERRA, *et al.* 2020).

Para além da educação, é crucial estabelecer medidas preventivas mais abrangentes, como a distribuição regular de kits de higiene bucal entre os detentos. Esses kits devem conter escova de dentes, pasta de dente e fio dental. Essa abordagem não apenas fomenta a prática da higiene bucal básica, mas também desempenha um papel significativo na prevenção de doenças bucais comuns, como

cáries e doenças periodontais. Garantir o acesso contínuo a cuidados básicos de higiene bucal pode significativamente diminuir a incidência de problemas dentários dolorosos, contribuindo para a melhoria do bem-estar geral dos detentos (SODRÉ, et al. 2017).

Uma outra estratégia crucial é a implementação de programas abrangentes de atendimento odontológico dentro do sistema prisional, visando proporcionar cuidados odontológicos básicos e preventivos, bem como serviços de emergência quando necessários. Esses programas podem englobar uma variedade de procedimentos, tais como restaurações dentárias, tratamentos de canal, extrações e exames de rotina. A presença constante de profissionais especializados em saúde bucal nas instituições prisionais não apenas facilita a intervenção precoce em problemas dentários, mas também contribui para a prevenção de complicações mais graves no futuro, promovendo assim a saúde geral dos detentos e reduzindo os custos associados aos tratamentos odontológicos emergenciais (BARCAROLO, 2018).

CAPÍTULO 5

5.1 A IMPORTÂNCIA DO PLANO NACIONAL DE SAÚDE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO (PNSSP)

O Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP) é uma iniciativa fundamental para a promoção da saúde e bem-estar dos detentos no Brasil. Este plano foi desenvolvido com o objetivo de integrar e fortalecer os serviços de saúde dentro do sistema penitenciário, assegurando que os presos tenham acesso aos cuidados médicos necessários. A importância do PNSSP reside na sua capacidade de oferecer um atendimento integral e humanizado, alinhado aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Isso inclui a prevenção de doenças, diagnóstico precoce, tratamento adequado e reabilitação dos internos, promovendo um ambiente mais saudável e seguro tanto para os detentos quanto para os profissionais que trabalham nas penitenciárias (PNSSP, 2004).

A implementação do PNSSP é crucial para enfrentar as condições adversas e os desafios de saúde específicos das populações carcerárias. Estes desafios incluem a alta prevalência de doenças infecciosas como tuberculose, HIV/AIDS e hepatites, além de problemas de saúde mental e doenças crônicas. Ao garantir o acesso a serviços de saúde de qualidade, o plano não apenas melhora a saúde

individual dos detentos, mas também contribui para a saúde pública em geral, uma vez que muitos internos eventualmente retornam à sociedade. A redução das taxas de doenças infecciosas nas prisões tem um impacto direto na redução dessas doenças na comunidade mais ampla. Além disso, a promoção da saúde mental e o tratamento adequado de transtornos psicológicos são essenciais para a reabilitação e reintegração social dos presos (PNSSP, 2004).

A importância do PNSSP se estende ainda mais ao reconhecer que as condições de encarceramento muitas vezes exacerbam problemas de saúde preexistentes e criam novos riscos devido ao ambiente de confinamento. A superlotação, a falta de ventilação adequada e as condições sanitárias precárias são fatores que contribuem significativamente para a disseminação de doenças infecciosas. Assim, a implementação de programas de saúde dentro das prisões também deve abordar essas condições ambientais para ser eficaz (PNSSP, 2004).

Outro aspecto crucial do PNSSP é a educação em saúde, que visa capacitar os detentos com conhecimentos sobre prevenção de doenças, cuidados pessoais e hábitos saudáveis. A educação em saúde não só beneficia os indivíduos durante o período de encarceramento, mas também os prepara para manter um estilo de vida mais saudável após a libertação, reduzindo o risco de reincidência de doenças e promovendo uma reintegração mais suave na sociedade (PNSSP, 2004).

5.2 DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PNSSP

A implementação eficaz do PNSSP enfrenta vários desafios que exigem estratégias bem definidas e uma coordenação eficiente entre diferentes setores. Um dos principais desafios é a falta de infraestrutura adequada nas penitenciárias para oferecer serviços de saúde. Muitas unidades prisionais carecem de instalações médicas suficientes e de equipamentos necessários para realizar diagnósticos e tratamentos eficazes. Para superar este obstáculo, o PNSSP propõe a melhoria das infraestruturas existentes e a construção de novas unidades de saúde dentro das penitenciárias, bem como a aquisição de equipamentos médicos essenciais (PNSSP, 2004).

Ainda de acordo com o autor, outro desafio significativo é a escassez de profissionais de saúde qualificados dispostos a trabalhar no ambiente penitenciário. Este problema é abordado através de programas de capacitação e formação

contínua para os profissionais de saúde, garantindo que eles estejam preparados para lidar com as especificidades do atendimento a detentos. Além disso, o plano incentiva parcerias entre o sistema de saúde público e as penitenciárias, promovendo a troca de conhecimentos e a integração de serviços.

A articulação intersetorial é uma estratégia crucial para a implementação do PNSSP. Envolve a colaboração entre o Ministério da Saúde, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, e outras entidades governamentais e não governamentais. Esta colaboração é essencial para a alocação adequada de recursos, a definição de políticas e a supervisão das atividades de saúde nas prisões. Além disso, a participação ativa da sociedade civil e das organizações de direitos humanos é fundamental para garantir a transparência e a eficácia do plano (PNSSP, 2004).

A monitorização e a avaliação contínua das ações do PNSSP são também estratégias indispensáveis. O estabelecimento de indicadores de saúde específicos para a população carcerária permite a avaliação do impacto das intervenções e a identificação de áreas que necessitam de melhorias. Relatórios regulares e auditorias independentes contribuem para a responsabilização e a melhoria contínua dos serviços de saúde nas penitenciárias. Em suma, a superação dos desafios e a implementação bem-sucedida do PNSSP requerem um esforço coordenado e uma abordagem integrada, com o objetivo final de garantir o direito à saúde para todos os indivíduos privados de liberdade (PNSSP, 2004).

CAPÍTULO 6

6.1 A IMPORTÂNCIA DOS MARCOS LEGAIS PARA A SAÚDE NO SISTEMA PRISIONAL

A saúde no sistema prisional é uma questão complexa que envolve direitos humanos fundamentais e a necessidade de um ambiente seguro e saudável para os internos. Os marcos legais são essenciais para garantir que essas necessidades sejam atendidas de maneira justa e eficaz. A cartilha "Legislação em Saúde no Sistema Prisional" apresenta uma série de portarias que delineiam os regulamentos e políticas que governam a prestação de serviços de saúde dentro das prisões brasileiras (BRASIL, 2014).

O sistema de saúde prisional deve assegurar que os presos tenham acesso a cuidados médicos equivalentes aos disponíveis para a população em liberdade. Este

princípio é sustentado por várias portarias, começando com a Portaria Interministerial nº 01, de 02 de janeiro de 2014, que destaca a colaboração entre diferentes ministérios para garantir uma abordagem integrada e abrangente à saúde prisional. Essa portaria enfatiza a necessidade de um esforço coordenado entre os Ministérios da Justiça e Saúde, estabelecendo diretrizes para a gestão da saúde nos estabelecimentos prisionais (BRASIL, 2014).

A Portaria nº 482, de 1º de abril de 2014, complementa essas diretrizes ao detalhar os procedimentos específicos para a implementação dos serviços de saúde nas prisões. Ela fornece um conjunto de regras claras que devem ser seguidas para garantir que os internos recebam cuidados adequados e contínuos. Além disso, essa portaria aborda questões práticas como a organização dos serviços de saúde, a alocação de recursos e a formação de equipes multidisciplinares para atender às diversas necessidades dos presos.

As Portarias nº 94 e 95, ambas de 14 de janeiro de 2014, introduzem regulamentações adicionais que reforçam a importância de monitorar e avaliar continuamente a qualidade dos serviços de saúde fornecidos nas prisões. Elas estabelecem parâmetros para a vigilância sanitária e a promoção de saúde, garantindo que as práticas de higiene e saneamento sejam rigorosamente seguidas para prevenir surtos de doenças e melhorar a qualidade de vida dos internos.

Finalmente, a Portaria nº 305, de 10 de abril de 2014, e a Portaria nº 142, de 28 de fevereiro de 2014, reforçam a importância da educação em saúde e da prevenção de doenças. Essas portarias destacam a necessidade de programas educacionais que informem os presos sobre práticas de saúde e higiene, além de iniciativas preventivas voltadas para a detecção precoce e o tratamento de doenças comuns no ambiente prisional, como tuberculose e doenças sexualmente transmissíveis (BRASIL, 2014).

6.2 IMPLEMENTAÇÃO E DESAFIOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

A implementação dos serviços de saúde no sistema prisional brasileiro enfrenta diversos desafios que vão além da simples aplicação das portarias regulamentares. A complexidade do ambiente prisional, somada às condições frequentemente precárias e à superlotação, torna a provisão de cuidados de saúde

um empreendimento árduo. No entanto, as portarias descritas na cartilha "Legislação em Saúde no Sistema Prisional" fornecem um quadro regulatório robusto que busca mitigar essas dificuldades e assegurar que os direitos à saúde dos presos sejam respeitados (BRASIL, 2014).

A Portaria Interministerial nº 01, de 02 de janeiro de 2014, estabelece a base para uma colaboração intersetorial essencial para enfrentar os desafios da saúde prisional. A integração dos esforços dos Ministérios da Justiça e Saúde é vital para desenvolver políticas eficazes e implementar programas de saúde que respondam às necessidades específicas dos internos. Esta colaboração permite uma abordagem holística que abrange desde a infraestrutura necessária para a prestação de serviços até a formação e capacitação dos profissionais de saúde que trabalham nas prisões.

Um dos principais desafios destacados é a gestão de doenças crônicas e infecciosas dentro das prisões. A Portaria nº 482, de 1º de abril de 2014, detalha os procedimentos para o diagnóstico e tratamento dessas condições, enfatizando a importância de um acompanhamento médico contínuo. A alta prevalência de doenças como a tuberculose e o HIV/AIDS nas prisões requer um sistema de vigilância epidemiológica robusto, conforme estabelecido nas Portarias nº 94 e 95 de 14 de janeiro de 2014. Estas portarias promovem a implementação de programas de prevenção e controle de doenças, além de assegurar que todos os internos tenham acesso a tratamentos adequados e oportunos (BRASIL, 2014).

Outro desafio significativo é a garantia de condições de vida saudáveis dentro das prisões. A superlotação e as condições insalubres são fatores que contribuem para a propagação de doenças e complicam a prestação de cuidados de saúde. As portarias regulamentares enfatizam a importância de manter padrões rigorosos de higiene e saneamento. A Portaria nº 305, de 10 de abril de 2014, introduz diretrizes específicas para melhorar as condições de vida nas prisões, incluindo a necessidade de instalações adequadas para higiene pessoal e saneamento básico (BRASIL, 2014).

Além disso, a educação em saúde e a promoção de práticas de saúde preventiva são fundamentais para melhorar a saúde dos internos. A Portaria nº 142, de 28 de fevereiro de 2014, destaca a necessidade de programas educacionais que capacitem os presos a cuidar melhor de sua saúde e a adotar práticas preventivas. A educação em saúde é uma ferramenta poderosa para reduzir a incidência de

doenças e promover um ambiente mais saudável dentro das prisões (BRASIL, 2014).

A implementação de programas de educação em saúde dentro do sistema prisional pode contribuir significativamente para a conscientização sobre higiene pessoal, prevenção de doenças transmissíveis, e manejo de condições crônicas. Tais programas podem incluir workshops, palestras, e distribuição de materiais informativos que abordem temas como nutrição, atividade física, saúde mental, e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Além disso, a capacitação dos internos pode envolver a formação de grupos de apoio e a promoção de um ambiente onde a saúde e o bem-estar são valorizados.

CAPÍTULO 7

7.1 PANORAMA DA POPULAÇÃO PRISIONAL BRASILEIRA

O relatório "Relatório de Informações Penais - Jul a Dez de 2023" oferece um panorama abrangente e detalhado da população prisional brasileira, dividindo os dados em três categorias principais: presos em cela física, pessoas em prisão domiciliar com monitoramento eletrônico e pessoas em prisão domiciliar sem monitoramento eletrônico. Para cada uma dessas categorias, são fornecidos dados detalhados sobre a quantidade de indivíduos, a capacidade e o déficit de vagas nos estabelecimentos prisionais, possibilitando uma visão clara do estado atual do sistema prisional no Brasil (SENAPPEN, 2023).

A análise começa com a população prisional total, que é apresentada de maneira a incluir diferentes regimes de prisão. Esses regimes variam de prisões de segurança máxima, destinadas aos detentos considerados de alta periculosidade e que requerem vigilância constante, a regimes semiabertos e abertos, que são mais flexíveis e permitem maior grau de liberdade aos internos, incluindo saídas temporárias para trabalho ou estudo. Além disso, o sistema prisional abrange prisões provisórias, onde os indivíduos aguardam julgamento ou transferência para outras unidades.

O relatório também destaca a quantidade de presos em outras prisões, como carceragens de forças de segurança. Estas incluem Delegacias de Polícia Civil, onde os detentos podem estar sob custódia temporária, Batalhões de Polícia Militar

e Corpo de Bombeiro Militar, que ocasionalmente possuem instalações para detenção, e Superintendências do Departamento de Polícia Federal, responsáveis pela custódia de presos federais. A inclusão desses dados é crucial para fornecer uma visão abrangente da distribuição dos presos e da superlotação em diversas unidades (SENAPPEN, 2023).

Os dados apresentados no relatório são fundamentais para entender a dinâmica da população prisional e os desafios enfrentados pelo sistema penitenciário. Eles revelam não apenas a quantidade de presos, mas também as condições de detenção, a lotação das unidades e as particularidades de cada regime prisional. A análise detalhada desses aspectos é essencial para a formulação de políticas públicas eficazes, que visem à melhoria das condições de encarceramento, à redução da superlotação e à promoção da reintegração social dos presos (SENAPPEN, 2023).

Adicionalmente, o documento aborda aspectos específicos da vida prisional, como o trabalho e o estudo dentro dos estabelecimentos penais. Ele apresenta estatísticas detalhadas sobre a quantidade de presos que trabalham e estudam, o número de módulos de oficinas de trabalho, e a quantidade de presos que recebem remuneração por seu trabalho. As atividades educacionais também são meticulosamente detalhadas, com informações sobre o número de presos que participam de programas educacionais, os níveis de escolaridade alcançados e os tipos de cursos oferecidos. Este detalhamento permite uma compreensão profunda da dinâmica interna das prisões e das oportunidades de reintegração social disponíveis para os detentos, evidenciando os esforços para promover a ressocialização através da educação e do trabalho (SENAPPEN, 2023).

Outro ponto relevante abordado no relatório é a saúde no sistema prisional. O documento traz informações sobre a infraestrutura de saúde disponível nos estabelecimentos prisionais, incluindo a quantidade de profissionais de saúde, atendimentos realizados, e a existência de unidades básicas de saúde. Além disso, são apresentados dados sobre a prevalência de doenças, como tuberculose, HIV/AIDS, hepatites e outras doenças infecciosas, bem como as medidas adotadas para controle e tratamento dessas condições. Esses dados são essenciais para entender os desafios de saúde pública dentro do sistema prisional e a necessidade de políticas adequadas para garantir o atendimento de saúde para a população carcerária (SENAPPEN, 2023).

7.2 GRUPOS ESPECÍFICOS E CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE NO SISTEMA PRISIONAL

Aspectos cruciais abordado no relatório são as condições de vulnerabilidade enfrentadas por grupos específicos dentro do sistema prisional brasileiro. O documento dedica seções detalhadas à população prisional feminina, fornecendo dados sobre a quantidade de mulheres encarceradas, o número de gestantes e lactantes, a existência de celas/dormitórios específicos para gestantes, a quantidade de filhos vivendo nos estabelecimentos prisionais e as idades desses filhos. Além disso, o relatório aborda a infraestrutura disponível, como berçários e creches, e a presença de equipes especializadas para atendimento nos berçários. Estes dados são fundamentais para entender as necessidades específicas das mulheres no sistema prisional e para a formulação de políticas que promovam condições dignas para este grupo (SENAPPEN, 2023).

O relatório também foca em grupos específicos, como presos LGBT, idosos, estrangeiros e indígenas, destacando a existência de alas ou celas exclusivas para esses grupos. Estatísticas sobre presos com deficiência, incluindo a quantidade de presos com diferentes tipos de deficiência, também são apresentadas, evidenciando a necessidade de adaptações e serviços especializados dentro dos estabelecimentos prisionais. Essas informações são cruciais para a criação de ambientes prisionais que respeitem as necessidades específicas de cada grupo, promovendo a inclusão e o respeito aos direitos humanos (SENAPPEN, 2023). Outro ponto relevante é o perfil demográfico dos presos, detalhado por faixa etária, cor de pele/raça/etnia, procedência, estado civil, grau de escolaridade, posse de documentos pessoais, número de filhos, tempo total de pena e tipo penal. Um dado significativo é que a maioria dos detentos no Brasil é composta por indivíduos que se identificam como negros ou pardos, representando mais de 60% da população encarcerada, o que reflete as desigualdades sociais e raciais existentes na sociedade.

Em termos de faixa etária, a maior parte dos presos está concentrada entre 18 e 29 anos, evidenciando a necessidade de intervenções direcionadas para jovens adultos. Quanto ao estado civil, uma parte considerável da população carcerária é composta por solteiros, com aproximadamente 50% dessa população se declarando

nessa condição, seguidos por aqueles que estão casados ou em união estável. Esse panorama pode impactar as dinâmicas familiares e a reintegração social posterior ao cumprimento da pena.

O nível de escolaridade entre os detentos também apresenta dados alarmantes: mais de 60% têm até o ensino fundamental completo, enquanto apenas uma fração menor possui formação de nível médio ou superior. Isso ressalta a importância de programas educacionais nas penitenciárias que possam promover a alfabetização e a formação profissional, fundamentais para a reintegração no mercado de trabalho após a soltura.

Outro aspecto importante é a posse de documentos pessoais. Um número significativo de detentos não possui documentação regular, dificultando ainda mais sua reintegração social e o acesso a serviços básicos. A falta de documentos representa um obstáculo considerável para a obtenção de emprego e para o exercício de direitos civis.

Além disso, muitos presos são pais, refletindo uma realidade familiar complexa. Em média, os detentos têm de um a três filhos, o que traz desafios adicionais relacionados à manutenção das relações familiares durante o encarceramento e à dinâmica familiar. Em relação ao tipo penal, os crimes mais comuns entre a população carcerária incluem o tráfico de drogas, roubo e homicídio, dados que são fundamentais para orientar as políticas de segurança e prevenção ao crime.

Por fim, a duração das penas também é uma questão relevante, com muitos presos enfrentando longas sentenças. Estudos indicam que uma parte considerável da população carcerária cumpre penas superiores a cinco anos, demandando, assim, estratégias específicas para a reintegração social e a recuperação. Esses dados demográficos não apenas ilustram a realidade da população carcerária, mas também são cruciais para a formulação de políticas públicas voltadas à reabilitação e promoção da saúde, especialmente em relação à saúde bucal e à educação em saúde dentro das penitenciárias.

Estes dados permitem uma análise mais granular e direcionada das necessidades e desafios enfrentados por diferentes segmentos da população

carcerária. Por exemplo, a análise da escolaridade e da ocupação laboral dos presos pode auxiliar na formulação de programas educacionais e de capacitação profissional que atendam melhor às suas necessidades.

Adicionalmente, o relatório traz informações detalhadas sobre a administração prisional, incluindo o número de estabelecimentos prisionais em funcionamento, a quantidade de agentes penitenciários e a proporção de presos por agente. Este aspecto é fundamental para entender a capacidade de gestão do sistema prisional e os desafios enfrentados pelos profissionais que trabalham nessas unidades. A análise da quantidade de estabelecimentos prisionais revela não apenas a distribuição geográfica das unidades, mas também as condições físicas e de infraestrutura dessas instituições, permitindo uma avaliação mais precisa sobre a adequação dos espaços para o cumprimento das penas. Quanto ao número de agentes penitenciários, o relatório destaca a formação e a qualificação desses profissionais, evidenciando a importância de um treinamento contínuo e especializado para lidar com a complexidade do ambiente prisional. A proporção de presos por agente é um indicador crucial, pois influencia diretamente na segurança e no gerenciamento interno das unidades, refletindo na capacidade de resposta a situações de emergência e na prevenção de conflitos e fugas (SENAPPEN, 2023).

O relatório também aborda de maneira abrangente a questão da reintegração social dos presos, apresentando dados sobre programas de reabilitação, assistência jurídica e parcerias com organizações não-governamentais e outros setores da sociedade civil. Estes programas são essenciais para apoiar os presos na transição de volta à sociedade, reduzindo as taxas de reincidência e promovendo a segurança pública. A análise dos programas de reabilitação inclui a avaliação de iniciativas educativas, como cursos de alfabetização e ensino profissionalizante, além de programas de saúde mental e física, que visam a recuperação integral dos indivíduos.

A assistência jurídica é outro ponto de destaque, proporcionando aos presos o acesso a uma defesa justa e orientações legais que podem impactar diretamente em suas chances de reintegração. As parcerias com organizações não-governamentais e outros setores da sociedade civil são fundamentais para ampliar a rede de apoio aos ex-detentos, facilitando o acesso a oportunidades de emprego, moradia e reintegração comunitária. O relatório enfatiza que uma abordagem multidisciplinar e colaborativa é crucial para a eficácia desses programas, destacando exemplos de

sucesso e sugerindo melhorias para fortalecer a reintegração social dos presos (SENAPPEN, 2023).

CAPÍTULO 8

8.1 A IMPORTÂNCIA DA PNAISP NA INCLUSÃO DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NO SUS

A "Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional" (PNAISP), elaborada pelo Ministério da Saúde em 2014, representa um marco significativo na promoção da saúde e na garantia dos direitos humanos para uma das populações mais vulneráveis do Brasil: os presos. Esta política surge como resposta à avaliação do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), implementado em 2003, que revelou a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e abrangente. A PNAISP visa assegurar que as pessoas privadas de liberdade tenham acesso integral ao Sistema Único de Saúde (SUS), alinhando-se aos princípios de universalidade, integralidade e equidade. Este esforço reflete um compromisso não apenas com a saúde física dos encarcerados, mas também com sua dignidade e cidadania (PNAISP, 2014).

O documento da PNAISP destaca a importância de tratar a saúde no contexto prisional como uma questão de direitos humanos e de justiça social. A política reconhece que as pessoas privadas de liberdade, muitas vezes, enfrentam condições de vida extremamente adversas que impactam diretamente sua saúde. A superlotação, a má qualidade das instalações e a falta de acesso a cuidados médicos são problemas recorrentes que precisam ser enfrentados de maneira sistemática e coordenada. A PNAISP propõe um modelo de atenção que não só se preocupa com o tratamento de doenças, mas também com a prevenção e a promoção da saúde, considerando as condições ambientais e sociais que influenciam a saúde dos presos (PNAISP, 2014).

A PNAISP também enfatiza a necessidade de um olhar diferenciado para as especificidades de gênero, idade e condição de saúde mental dentro do sistema prisional. Por exemplo, as mulheres presas têm necessidades específicas, como cuidados obstétricos e ginecológicos, que devem ser atendidos de maneira adequada. Da mesma forma, a política reconhece a vulnerabilidade dos jovens e dos

idosos encarcerados, propondo estratégias específicas para esses grupos. Além disso, há um reconhecimento explícito da importância de tratar a saúde mental no sistema prisional, considerando os altos índices de transtornos mentais entre a população carcerária (PNAISP, 2014).

8.2 ESTRATÉGIAS E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA PNAISP

A implementação da PNAISP envolve uma série de estratégias complexas e intersetoriais, refletindo a necessidade de articulação entre diferentes níveis de governo e a sociedade civil. O documento detalha as responsabilidades das esferas federal, estadual e municipal, destacando a importância da descentralização e da participação popular na gestão da saúde prisional. Uma das principais estratégias da PNAISP é a formação de equipes de saúde multiprofissionais que atuam diretamente nas unidades prisionais, garantindo a continuidade do cuidado em todo o itinerário carcerário, desde a detenção até o cumprimento da pena. Essas equipes são compostas por médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, entre outros profissionais, que trabalham de forma integrada para oferecer um atendimento completo e humanizado (PNAISP, 2014).

A política também enfatiza a necessidade de financiamento adequado e sustentável para apoiar essas ações, além de um sistema robusto de monitoramento e avaliação para assegurar a eficácia das intervenções. O financiamento é essencial para garantir a infraestrutura necessária, como a construção e a manutenção de unidades de saúde dentro das prisões, a aquisição de medicamentos e insumos, e a formação contínua dos profissionais de saúde. A implementação eficaz da PNAISP depende de uma gestão eficiente dos recursos, que deve ser transparente e orientada por critérios de necessidade e equidade (PNAISP, 2014).

Contudo, a PNAISP enfrenta desafios significativos, incluindo a superlotação das prisões, as condições precárias de muitas unidades e a crescente demanda por serviços de saúde devido ao aumento da população carcerária. Estes desafios exigem um compromisso contínuo e esforços coordenados para garantir que a política alcance seus objetivos de melhorar a saúde e a qualidade de vida das pessoas privadas de liberdade. A superlotação das prisões, por exemplo, não só dificulta o acesso aos serviços de saúde, mas também agrava problemas de saúde pública, como a disseminação de doenças infectocontagiosas. A PNAISP propõe

medidas específicas para enfrentar esses desafios, como a criação de protocolos de atendimento em situações de emergência e a implementação de programas de prevenção e controle de doenças.

Além disso, a PNAISP reconhece a importância de um sistema de informação eficiente que permita o monitoramento contínuo da saúde da população carcerária. A integração dos sistemas de informação do SUS com os sistemas penitenciários é fundamental para garantir a continuidade do cuidado e a avaliação dos resultados das intervenções. A emissão do Cartão Nacional de Saúde para os presos é uma das estratégias para facilitar o acesso aos serviços de saúde e garantir que todas as informações de saúde sejam devidamente registradas e acompanhadas (PNAISP, 2014).

A política também destaca a necessidade de promover a reintegração social dos presos, reconhecendo que a saúde é um componente crucial para a ressocialização. A promoção da saúde mental, o tratamento de dependências químicas e a oferta de programas educacionais e de capacitação profissional são algumas das ações propostas para apoiar a reintegração dos presos à sociedade. A PNAISP, assim, não se limita ao ambiente prisional, mas se estende à comunidade, buscando construir uma sociedade mais justa e inclusiva (PNAISP, 2014).

METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica foi conduzida com o propósito de investigar a condição de saúde bucal de pessoas privadas de liberdade em contexto prisional no Brasil. Para isso, foram utilizadas diversas plataformas de busca, incluindo Scielo, Lilacs e Google Acadêmico. Com o objetivo foi encontrar estudos relevantes que abordassem a saúde bucal da população carcerária no Brasil, seus impactos na saúde geral e na qualidade de vida, bem como medidas de prevenção e intervenção.

Os critérios de inclusão foram cuidadosamente definidos, considerando artigos publicados nos últimos 10 anos, em português e inglês, que se concentrassem diretamente na saúde bucal em contextos prisionais no Brasil. Diferentes tipos de estudos foram considerados, desde revisões sistemáticas até pesquisas qualitativas, desde que estivessem alinhados com os objetivos da pesquisa. Por se tratar de uma pesquisa de revisão, as informações e dados utilizados são secundários excluindo a necessidade do comitê de ética e pesquisa.

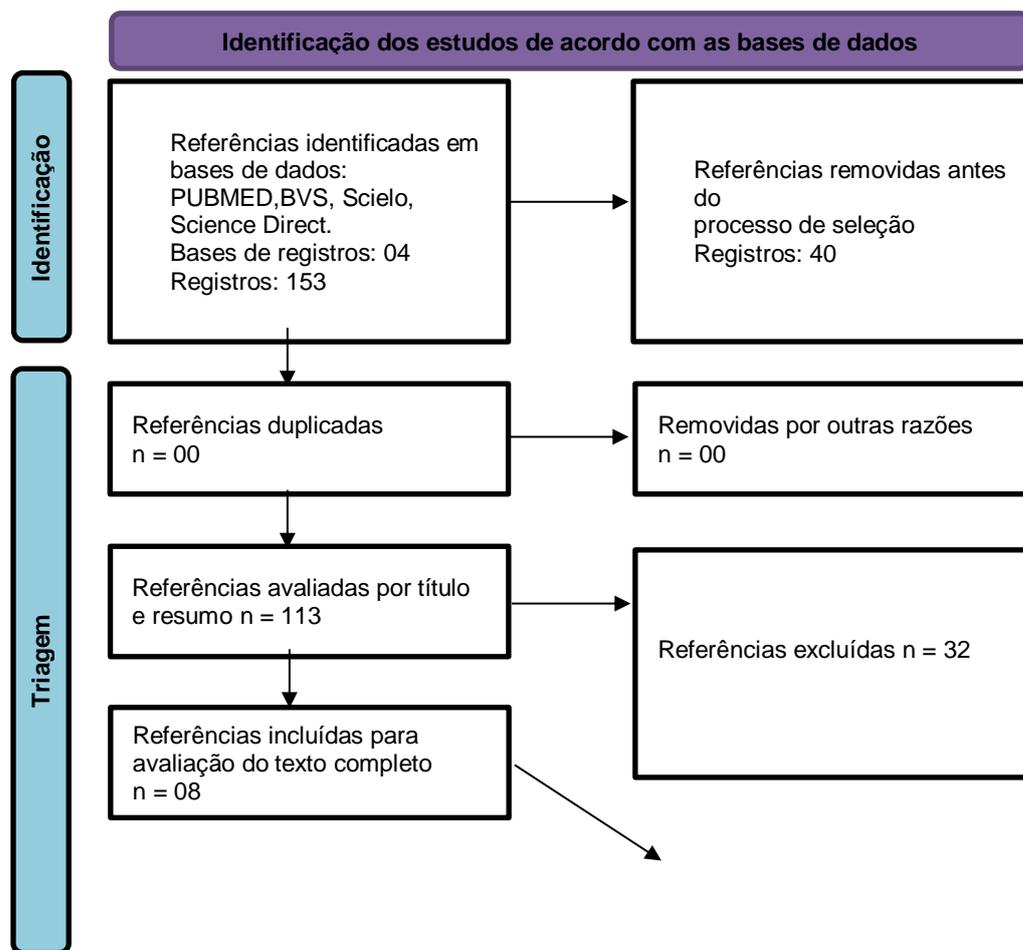
A busca foi conduzida utilizando termos específicos, como "saúde bucal", "população carcerária", "contexto prisional", "prevenção de doenças bucais" e "intervenções em saúde bucal". Operadores booleanos, como AND e NOT, foram utilizados para refinar os resultados e garantir a relevância das pesquisas selecionadas.

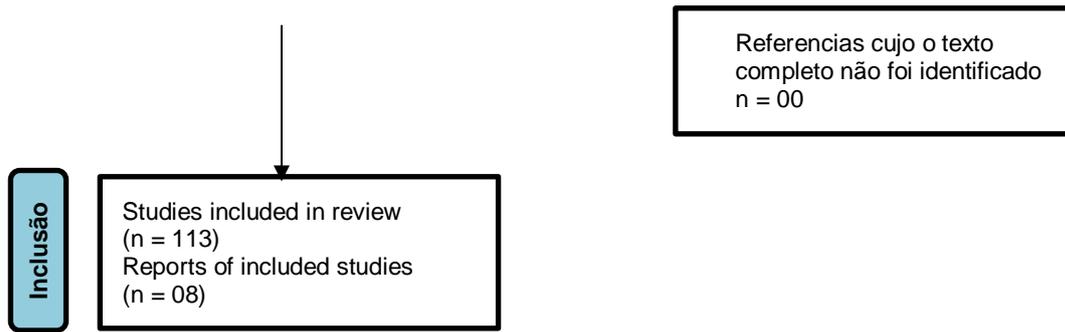
Após a identificação inicial dos artigos, foram realizadas leituras dos títulos e resumos para avaliar sua pertinência para o estudo. Os artigos selecionados foram então lidos na íntegra e submetidos a uma análise crítica.

Os resultados dos estudos foram minuciosamente analisados e sintetizados para identificar padrões, tendências e lacunas na literatura existente sobre a condição de saúde bucal de pessoas privadas de liberdade no contexto prisional no Brasil. Durante todo o processo, foram respeitados os princípios éticos, garantindo a devida citação das fontes consultadas e a confiabilidade dos estudos selecionados.

Essa metodologia proporcionou uma abordagem rigorosa para a seleção e análise dos estudos relevantes sobre a condição de saúde bucal de pessoas privadas de liberdade em contexto prisional no Brasil, contribuindo para a construção de uma base sólida de evidências neste campo crucial.

TABELA 1 - Identificação dos estudos de acordo com as bases de dados





Fonte: Elaborado pela autora (2024)

RESULTADOS

TABELA 2 - Descrição do processo de busca.

BASE DE DADOS	ARTIGOS ENCONTRADOS	ESTUDOS INCLUSOS APÓS LEITURA DOS TÍTULOS E RESUMOS	ESTUDOS SELECIONADOS APÓS ANÁLISE DE TEXTO COMPLETO
PubMed	120	30	5
BVS	15	5	2
Scielo	10	3	1
ScienceDirect	8	2	0
Número de estudos incluídos no trabalho	153	40	8

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Após a aplicação da metodologia de pesquisa, que incluiu uma busca e seleção rigorosa de estudos sobre a saúde bucal de pessoas privadas de liberdade no Brasil, foi possível identificar diversas tendências e padrões na literatura. Os artigos analisados revelaram uma alta prevalência de problemas de saúde bucal, como cáries e doenças periodontais, entre a população carcerária. Essa situação reflete as condições adversas de vida e a falta de acesso a cuidados odontológicos.

Embora algumas iniciativas de cuidado e educação em saúde bucal tenham sido relatadas, a literatura destaca que essas intervenções são, muitas vezes, esporádicas e insuficientes. A educação em saúde bucal e a promoção da saúde são, de fato, medidas cruciais para melhorar as condições bucais dos detentos, mas,

além dessas abordagens preventivas, é necessário também implementar medidas de recuperação e tratamento odontológico efetivas.

A falta de profissionais de saúde, especialmente dentistas, nas unidades prisionais é um ponto crítico que agrava essa situação. Estudo realizado pelo Ministério da Saúde (Diretriz da Política de Saúde Bucal nas Unidades Prisionais Brasília, **2023**) revela que apenas 25% das unidades prisionais implantaram as diretrizes da política de saúde bucal, evidenciando a fragilidade das ações de cuidado nessa área. Essa escassez de serviços odontológicos é alarmante e tem um impacto direto na saúde bucal dos presos, tornando evidente a urgência de uma abordagem mais abrangente que inclua não apenas educação e promoção, mas também acesso adequado a tratamentos odontológicos.

Portanto, para que as condições de saúde bucal dos detentos melhorem, é essencial que ações preventivas sejam acompanhadas de infraestrutura adequada, formação de profissionais e políticas que garantam o acesso a serviços de saúde bucal em todas as unidades prisionais.

A discussão em torno desses achados evidencia a crescente preocupação com a saúde bucal em contextos prisionais. A combinação de fatores sociais, econômicos e estruturais contribui para a grave situação enfrentada pelos detentos no Brasil. A superlotação, a falta de infraestrutura adequada e as condições de higiene precárias são obstáculos significativos que resultam em um cenário alarmante para a saúde bucal.

Apesar da existência de políticas, como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP), a implementação eficaz dessas diretrizes ainda enfrenta desafios. A articulação entre diferentes setores da saúde, educação e assistência social é vital para promover a saúde integral das pessoas privadas de liberdade. Implementar programas de educação em saúde bucal direcionados a esse público e fortalecer a presença de profissionais de odontologia nas instituições prisionais pode ser uma estratégia eficaz para mitigar os problemas identificados.

A deficiência de iniciativas sistemáticas de cuidado em saúde bucal também revela uma lacuna significativa nas políticas públicas voltadas para a população carcerária. Portanto, é imperativo que gestores e formuladores de políticas priorizem

a saúde bucal como parte integrante da saúde geral, garantindo recursos adequados e o treinamento contínuo de profissionais. Assim, espera-se que essas ações contribuam para a melhoria da saúde e das condições de vida das pessoas privadas de liberdade no Brasil.

TABELA 3 - Artigos selecionados para compor a Revisão

TÍTULO	AUTOR	OBJETIVO	RESULTADO
Educação Carcerária e Políticas Públicas no Brasil: Efetivação de Mudanças Comportamentais?	ALEXANDRIA JUNIOR, Paulo de Tasso Moura de. (2019)	Investigar a efetividade das políticas de saúde em promover mudanças comportamentais nos detentos	Necessidade de melhorias nas estratégias educacionais em saúde bucal no sistema prisional
Alimentação no Sistema Prisional: uma Reflexão Histórica em Pernambuco	PEIXOTO, Henrique de Aguiar Pedrosa. (2022)	Examinar o impacto da alimentação nas condições de saúde dos detentos	Relação entre dieta inadequada e problemas de saúde, incluindo saúde bucal
O Apoio Matricial Como Metodologia para o Trabalho em Saúde no Sistema Prisional: Fatores Favoráveis, Desfavoráveis e Contribuições.	SCHULTZ, Águida Luana Veriato. (2018)	Analisar a acessibilidade aos serviços de saúde bucal para pessoas privadas de liberdade	Identificação de barreiras de acesso e a necessidade de políticas públicas mais inclusivas
A Crise no Sistema Penitenciário Brasileiro: Causas e Caminhos	SILVA, Jéssica Isadora Alves Da. (2024)	Estudar os efeitos da saúde bucal na saúde geral e qualidade de vida dos presos	Relação significativa entre problemas de saúde bucal e a qualidade de vida dos encarcerados
Relação entre Saúde Oral e Doença Sistêmica	STOKREEF, Sarah Carolyn Caetano. (2015)	Analisar a condição de saúde bucal de pessoas encarceradas no Brasil	Identificação de padrões e lacunas nas intervenções em saúde bucal na população carcerária
Saúde Mental e Suporte Social de Reclusos	COSTA, Marta Isabel Mendes. (2020)	Analisar como a saúde mental dos detentos influencia sua saúde bucal	Constatou-se que problemas de saúde mental afetam a saúde bucal negativa dos reclusos
Atenção Primária à Saúde no Sistema Prisional: Caracterização dos Atendimento aos Homens Privados de Liberdade	MIRANDA, Danilo Damiano Soares de et al. (2023)	Caracterizar o atendimento de saúde, incluindo saúde bucal, aos presos.	Identificação de lacunas no atendimento e na frequência de serviços odontológicos nas prisões

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

DISCUSSÃO

A análise dos estudos selecionados para esta revisão evidencia a gravidade da situação da saúde bucal das pessoas privadas de liberdade no Brasil e destaca a necessidade urgente de intervenções eficazes. A tabela de descrição do processo de busca (Tabela 1) demonstra um esforço sistemático para identificar e selecionar a literatura relevante, resultando em um total de 153 artigos encontrados nas bases de dados. Após uma triagem cuidadosa, apenas 8 estudos foram considerados adequados para a análise profunda, indicando a dificuldade em localizar pesquisas que abordem de forma abrangente o tema.

Os artigos inclusos revelam consistência em suas descobertas: há uma significativa prevalência de problemas de saúde bucal, incluindo cáries e doenças periodontais, refletindo não apenas a falta de acesso a cuidados, mas também fatores estruturais, como superlotação e condições higiênicas precárias nas instituições penais. Um estudo alarmante sobre cáries realizado por Dos Santos, Da Silva Martins e De Almeida Marques (2023) revelou que até 75% dos detentos sofrem de cáries, o que indica a urgência de intervenções que vão além das abordagens preventivas tradicionais, como a educação em saúde.

A importância da alimentação na saúde bucal, conforme identificado no trabalho de Peixoto (2022), deve ser destacada nesse contexto. A relação direta entre dieta inadequada e problemas de saúde bucal ressalta a necessidade de abordagens integradas que considerem a alimentação como um fator crucial na promoção da saúde dos detentos.

Os obstáculos ao acesso aos cuidados de saúde, conforme discutido por Schultz (2018), são outro ponto crítico. A escassez de profissionais especializados, em particular dentistas, nas unidades prisionais, culmina em uma falta de serviços odontológicos adequados. Apesar das diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP), dificuldades na criação dessas diretrizes persistem, demonstrando que mesmo com políticas em vigor, a execução prática é deficiente.

Além disso, a literatura sugere que a saúde mental dos reclusos, como observada no estudo de Costa (2020), afeta diretamente a saúde bucal. Isso indica que um enfoque holisticamente integrado, levando em consideração tanto a saúde mental quanto a saúde bucal, é essencial para a melhoria geral das condições de vida dos detentos. A intersecção entre saúde física e mental nesta população vulnerável é um campo que requer atenção e pesquisa adicionais.

As implicações sociais e estruturais ressaltadas pela Silva (2024) também não podem ser ignoradas. A combinação dessas dificuldades cria um ciclo vicioso que perpetua a pobreza e a marginalização desta população, aumentando a urgência de ações efetivas e sustentáveis. Os estudos reforçam que, sem uma infraestrutura adequada e um número suficiente de profissionais qualificados, as iniciativas de saúde permanecem impotentes para realizar mudanças significativas.

Para avançar na melhoria das condições de saúde bucal da população encarcerada, é vital que gestores e formuladores de políticas priorizem a saúde bucal como parte integral da saúde geral. A implantação de programas educativos voltados a esse público, em conjunto com a capacitação e a alocação de recursos para serviços odontológicos, pode ser uma estratégia eficaz para mitigar os problemas identificados.

A literatura aponta para a necessidade de uma abordagem multidisciplinar que integre diferentes setores da saúde, educação e assistência social, buscando promover a saúde integral das pessoas privadas de liberdade. Apenas com um esforço coligado e contínuo será possível transformar as condições de saúde bucal nessa população e, por consequência, melhorar sua qualidade de vida e reintegração social.

CONCLUSÃO

A conclusão deste artigo destaca a importância crítica da saúde bucal no contexto prisional brasileiro. O estudo revela que a condição de saúde bucal dos detentos é precária, principalmente devido à falta de recursos, infraestrutura inadequada e escassez de profissionais de odontologia. Além disso, as condições de higiene deficientes e a alimentação inadequada exacerbam os problemas dentários,

impactando negativamente a qualidade de vida dos detentos e podendo levar a complicações sistêmicas graves.

É essencial que o Estado, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Política Nacional de Atenção à Saúde Integral das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP), assuma a responsabilidade de garantir o acesso a cuidados odontológicos adequados nas prisões. A implementação efetiva de políticas públicas, investimentos em infraestrutura e recursos, e a promoção de educação em saúde bucal são imperativos para melhorar essa situação.

Ademais, a intersecção entre a saúde bucal e a saúde geral é um aspecto crucial que não pode ser negligenciado. Problemas dentários não tratados podem evoluir para complicações sistêmicas, afetando órgãos vitais e contribuindo para o agravamento de condições de saúde pré-existentes. Portanto, uma abordagem integral e preventiva na saúde bucal dentro do sistema prisional pode ter efeitos positivos significativos, não apenas na saúde bucal dos detentos, mas também em sua saúde geral e bem-estar.

O estudo também destaca a necessidade urgente de capacitação contínua para os profissionais de saúde que atuam nas prisões, garantindo que estejam equipados para lidar com os desafios únicos deste ambiente. A segurança desses profissionais deve ser uma prioridade para que possam realizar seu trabalho de forma eficaz e sem riscos adicionais.

Além disso, políticas que promovam a melhoria das condições de vida dentro das prisões, como a garantia de higiene básica e uma alimentação balanceada, são essenciais para criar um ambiente propício à saúde bucal adequada. A educação em saúde bucal, voltada tanto para os detentos quanto para o corpo técnico das unidades prisionais, é fundamental para fomentar hábitos saudáveis e prevenir doenças.

Conclui-se que a melhoria das condições de saúde bucal nas prisões não só eleva a qualidade de vida dos detentos, mas também contribui significativamente para a saúde pública em geral e para a reintegração social dos indivíduos após o cumprimento de suas penas. É uma questão de direitos humanos e dignidade que necessita de atenção urgente e ações concretas. A promoção da saúde bucal nas prisões é uma medida que beneficia não apenas os indivíduos privados de liberdade, mas também a sociedade como um todo, ao contribuir para a redução de custos com saúde pública e para a construção de um sistema prisional mais humano e

eficiente.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRIA JUNIOR, Paulo de Tasso Moura de. Educação Carcerária e Políticas Públicas no Brasil: Efetivação de Mudanças Comportamentais? 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais, SENAPPEN. Relatório de Informações Penais - Jul a Dez de 2023. Disponível

em: <file:///C:/Users/Saralos/Downloads/RelatA%CC%83%C2%B3rio%20de%20informaA%CC%83%C2%A7A%CC%83%C2%B5es%20penais%20-%20jul%20a%20dez%20de%202023.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça. Cartilha - Legislação em Saúde no Sistema Prisional. Brasília: Ministério da Justiça, 2014. Disponível

em: <file:///C:/Users/Saralos/Downloads/Cartilha%20-%20LegislaA%CC%83%C2%A7A%CC%83%C2%A3o%20em%20SaA%CC%83%C2%BAde%20no%20Sistema%20Prisional.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Cartilha - Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP). Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível

em: [file:///C:/Users/Saralos/Downloads/Cartilha%20-%20Plano%20Nacional%20de%20SaA%CC%83%C2%BAde%20no%20Sistema%20PenitenciA%CC%83%C2%A1rio%20\(PNSSP\).pdf](file:///C:/Users/Saralos/Downloads/Cartilha%20-%20Plano%20Nacional%20de%20SaA%CC%83%C2%BAde%20no%20Sistema%20PenitenciA%CC%83%C2%A1rio%20(PNSSP).pdf). Acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014. Disponível

em: <file:///C:/Users/Saralos/Downloads/PNAISP%202014.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.

CARDOSO, Thalita Sorrilha. A Tecnologia Digital ao Serviço da Medicina Dentária: Estado da Arte. 2021. Dissertação de Mestrado. Egas Moniz School of Health & Science (Portugal).

COSTA, Marta Isabel Mendes. Saúde Mental e Suporte Social de Reclusos. 2020. Dissertação de Mestrado.

DARIVA, Rafaela; ALBERTO, O. H. Atuação do Nutricionista

DE MELLO, Paula Baptista Machado. Odontologia do Trabalho—Uma Visão Multidisciplinar. Brasília: Editora Rubio, 2014.

FREITAS, Tânia Carolina Oliveira. Alimentação nas Prisões: Conflitualidades, Desigualdades e Proximidades entre Reclusos. 2024. Tese de Doutorado.

MIRANDA, Danilo Damiano Soares de et al. Atenção Primária à Saúde no Sistema Prisional: Caracterização dos Atendimentos aos Homens Privados de Liberdade. 2023.

OLIVEIRA, Laíse Mayara Barros de. Práticas Alimentares e Condições de Alimentação de Mulheres Presidiárias em Regime Fechado. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

PADILHA, Weslen Santana et al. Entre Grades e Cuidados: os Agentes Promotores de Saúde no Sistema Prisional e o Desafio da Covid-19. 2023. Tese de Doutorado.

PEIXOTO, Henrique de Aguiar Pedrosa. Alimentação no Sistema Prisional: uma Reflexão Histórica em Pernambuco. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso.

SCHULTZ, Águida Luana Veriato. O Apoio Matricial Como Metodologia para o Trabalho em Saúde no Sistema Prisional: Fatores Favoráveis, Desfavoráveis e Contribuições. 2018.

SILVA, Jéssica Isadora Alves da. A Crise no Sistema Penitenciário Brasileiro: Causas e Caminhos. 2024.

STOKREEF, Sarah Carolyn Caetano. Relação entre Saúde Oral e Doença Sistêmica. 2015. Dissertação de Mestrado.